



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

**Disciplina:** DIREITO ADMINISTRATIVO II.

**Código:** DIR03833.

**Carga horária:** 60h.

**Pré-requisito:** Direito Processual Civil VI (DIR09873).

**Ementa:** Princípio da legalidade/processo administrativo/ato administrativo. Licitação. Contrato Administrativo. Convênio. Consórcio público. Improbidade administrativa. Controle da administração pública.

**Objetivos:** Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

**Conteúdo programático:**

1. Processo administrativo. Noção. Processo e procedimento. Finalidade do processo administrativo. Modalidades. Princípios. Processo administrativo disciplinar. Fases. Processo sumário. Sindicância.
2. Restrições do estado sobre a propriedade. Desapropriação: noção. Fundamentos da desapropriação. Requisitos. Competência para legislar e promover a desapropriação. Objeto da desapropriação. Fases. Declaração ou decreto de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Juros e correção monetária. Desapropriação por zona e Indireta. Desapropriação de remanescente. Consumação da desapropriação. Controle jurisdicional da desapropriação. Desvio de finalidade. Retrocessão e desistência. Outras formas de intervenção do Estado: servidão administrativa, Limitação administrativa, requisição administrativa, ocupação temporária, tombamento. Conceito e características desses institutos.
3. Responsabilidade civil do Estado. Evolução. Responsabilidade objetiva. O parágrafo 6º do art. 37 da CF/88. A reparação do dano. Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade. Teorias do risco integral e administrativo. Teoria da culpa administrativa. Dano moral e patrimonial. Responsabilidade por faltas do serviço. Responsabilidade por atos jurisdicionais. Responsabilidade por atos legislativos.
4. Bens públicos: noção e classificação. Autorização e permissão de uso. Concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfiteuse ou aforamento. Aquisição e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade. Impenhorabilidade e não oneração dos bens. Afetação e desafetação.

- Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terrenos marginais ou reservados. Terras indígenas. Ilhas.
5. Controle da Administração Pública. Espécies: controle interno. Modalidades: representação, reclamação administrativa, direito de petição, prescrição administrativa. Recursos administrativos. Efeitos: inexistência de esgotamento da via administrativa.
  6. Controle externo: controle legislativo. Alcance do controle legislativo. Controle político e financeiro. Os Tribunais de Contas. Natureza Jurídica das decisões dos Tribunais de Contas. A glosa. O alcance. Efeitos. Controle dos contratos. Controle judicial: sistema de unidade de jurisdição. Limites do controle judicial. Princípio da inafastabilidade do controle pelo Poder Judiciário. Privilégios da Administração Pública. Meios de controle: *habeas corpus*, *habeas data*, ação popular, mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo, ação civil pública.
  7. Ato administrativo. Noção de ato administrativo. Atributos dos atos administrativos. Elementos: sujeito, competência, conteúdo, forma (formalidades) finalidade, motivo (motivação), causa. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes e Teoria do desvio de poder. Discricionariedade e vinculação. Localização da discricionariedade. Controle jurisdicional dos atos administrativos. Classificação. Espécies. Panorama da extinção dos atos administrativos: invalidação e revogação. Nulidade e anulabilidade. Convalidação e conversão.
  8. Contrato Administrativo. Contratos da Administração. Características do contrato administrativo. As chamadas cláusulas exorbitantes. Modalidades de contratos. Revisão e reajustamento. Equação econômico-financeira.
  9. Fato do Príncipe e fato da administração duração, prorrogação e garantias. Extinção do contrato: rescisão e rescisão.
  10. Licitação Pública: conceito, princípios da licitação. Modalidades; concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso. Obrigatoriedade de licitar. Dispensa e inelegibilidade. Fases da licitação. O edital e sua importância para o procedimento. Tipos de licitação. Anulação e revogação do procedimento. Recursos.
  11. Prestação de serviço Público. Modos de prestação do serviço público. Concessão do serviço público. Concessão de serviço precedido de obra pública. Outros tipos de concessão. Direitos e obrigações dos usuários. Política tarifária. Licitação. Contrato de concessão. Encargos do concedente. Encargos da concessionária. Intervenção. Extinção da concessão. Permissão e autorização. Arrendamento e franquia.
  12. Ação de improbidade administrativa.

**Metodologia:** A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extraclasses, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (estudo de casos práticos).

**Recursos:** Quadro e pincel, slides e vídeos.

**Avaliação:** DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades; FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas; SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais.

**Bibliografia obrigatória:**

MELLO, Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 26ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22ª Edição, Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

**Bibliografia complementar:**

DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 7ª Edição, atual. , rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. 9ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2008.

JUSTEM FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. Limitações ao Direito de Propriedade: constitucionais, no espaço aéreo, no subsolo, urbanas, por tombamento, no meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 1997.